



O ENSAIO COMO GESTO DISCURSIVO NO PENSAMENTO DE ENI ORLANDI

THE ESSAY AS A DISCURSIVE GESTURE IN THE THOUGHT OF ENI ORLANDI

Mariana Garcia de Castro Alves¹

Resumo: Este ensaio investiga como a Análise de Discurso Brasileira, especialmente a partir da obra de Eni Orlandi, se vale da forma ensaio para tensionar os estudos da linguagem sob a perspectiva da ideologia. A noção de “latência” é adotada como chave interpretativa para compreender o gesto discursivo que atravessa sua escrita: uma escrita que recusa a fixação de sentidos essenciais aos objetos que analisa e se volta aos modos como o discurso produz processos de significação. Ao fazê-lo, permite entrever a pulsação da história e os diferentes sentidos da colonização – tanto os fundadores quanto os ainda por vir.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Ensaio. Latência. Colonização.

Abstract: This essay investigates how Brazilian Discourse Analysis, particularly through the work of Eni Orlandi, draws on the essay form to challenge language studies from the perspective of ideology. The notion of *latency* is adopted as a key interpretative concept to understand the discursive gesture that traverses her writing – a writing that rejects the fixation of essential meanings onto the objects it examines, focusing instead on the ways discourse generates meaning processes. In doing so, it allows the pulsation of history to emerge, along with different senses of colonization – both foundational and those yet to be experienced.

Keywords/palavras clave/mots-clés: Discourse Analysis. Essay. Latency. Colonisation.

Introdução

A ideia de movimento, a de fragmento, a de múltiplo, a de fugaz, não devem meter medo. E o linguista não precisa se obrigar a outros escritos que não sejam ensaios.
(Orlandi, 1983, p. 135).

O ensaio constitui-se por certa liberdade e pode ser reconhecido como uma das formas privilegiadas pela análise de discurso brasileira (ADB), de filiação francesa, com o nome de Eni Orlandi. O objeto discurso, que congrega a cientificidade da língua e, ao mesmo tempo, a singularidade da fala não passível de sistematização científica, teria a ver com essa forma de escrita? Ser mais discurso que análise é uma crítica já tradicional dirigida à análise de

¹ Doutora em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora colaboradora junto ao Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp. Integrante da equipe do projeto MeDia (Memória, Discurso e Arquivo na constituição do digital), coordenado por Cristiane Pereira Dias, junto ao Cnpq. Integrante do grupo de estudo E-urbano, do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb/Unicamp). Associada à Associação dos Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na França (APEB/FR).

discurso. De fato, abordagens sem ancoragem na concretude das condições de produção e com exacerbações de subjetivismo afastam-se da materialidade dos discursos, embora, e talvez justamente por isso, façam questão de cravar o selo “materialista” em seus artigos e livros. Ainda assim, ao contrário do que as críticas podem fazer crer, a análise de discurso nasceu como uma proposta de leitura não subjetiva, própria do estruturalismo francês. Como, então, acusá-la de excesso de subjetivismo enviesado já que ela nasce como uma recusa do sujeito de discurso consciente e intencional? Para entender o lugar dessa disciplina de interpretação, destaquemos introdutoriamente um recorte de sua história.

No estruturalismo, a linguística era a “ciência-piloto” das ciências humanas. Sua cientificidade, garantida pelo sistema da língua saussuriano, era considerada a “caução de análise geral do inteligível humano” (Pêcheux, 2014, p. 127). É certo que a análise de discurso não compra a linguística de todo, todavia tampouco joga o bebê com a água do banho. Quando, em 1971, Pêcheux, Haroche e Henry, fundadores desse campo, propõem uma “mudança de terreno”, não criticam a linguística por se restringir ao seu objeto. Pelo contrário: para os autores, havia uma certa autonomia da língua. Ou seja, seria errôneo, em nome do materialismo histórico, achar que a gramática seria “na verdade” apenas um assunto, por exemplo, de luta de classes. Opunham-se, deste modo, não à limitação da linguística a seu objeto, mas à sobreposição que esta fazia ao se colocar acima das ciências existentes. “Mudar de terreno”, sem abdicar dos estudos linguísticos, portanto, era compreender a semântica discursiva, que era constituída também pelo “fora do todo homogêneo que constitui o sistema da língua” (Haroche; Henry; Pêcheux, 2008). Nesse esteio, a semântica passa a ser vista como uma ferida: o lugar da contradição aberta por Saussure. Por meio da noção saussuriana negativa de valor, um segmento pode ser ele mesmo e outro. Desse modo, o real da língua, o equívoco, já teria sido tornado visível pelo “pai da linguística”, deixando aberta a tal ferida na semântica, conforme Pêcheux e Gadet (2004, p. 63).

É nesse lugar estranho da semântica – em que jogam a língua e a fala, a linguística e a história, a cientificidade, marcada pelo universal, e a singularidade – que trabalha a análise de discurso. Seu desafio, nesse campo, é entender onde começa e onde termina o sentido. “Afinal, é sempre aí que está o problema”, localizou Barthes (2004, p. 109) no contexto da época.

No bojo dessa chaga, desse corte, dessa tensão, a análise de discurso brasileira reinventa esse terreno. Isso porque, ao mesmo tempo em que não aceita ser um “puxadinho”

da linguística, não a recusa. E, ao mesmo tempo em que estabelece um diálogo com ela ao reconhecer que o funcionamento discursivo depende da existência da língua como material, recusa a ideia de que a linguagem possa ser analisada de modo neutro, apenas como sistema de signos. Assim, tendo como objeto o discurso, pressupõe a língua, mas também o sujeito e as condições de produção. Desse modo, Orlandi cunha o lugar da análise do discurso como sendo o do *entremeio*:

Contribuímos para as discussões que se fazem sobre a relação do campo das ciências sociais e o da linguística. Não pela negação ou exclusão de alguma dessas disciplinas, mas pela reinvenção que estabelece o entremeio que é a análise de discurso. Certamente, essa “re-invenção” tem sido o fio condutor da minha prática como analista de discurso (Orlandi, 2002, p. 39).

Este trabalho busca compreender como a análise de discurso brasileira (ADB) realiza esse desafio de tensionar os estudos da linguagem pela ideologia por meio da forma ensaio. O objetivo é entender a contribuição de Orlandi à tradição ensaística brasileira, em especial em seu lugar de tensão com relação à linguística, a partir da análise desse gesto discursivo que atravessa sua produção. Sua noção de “latência” será tomada como chave interpretativa para isso. A compreensão de diferentes sentidos de colonização é o modo pelo qual pensaremos o funcionamento de sua escrita: uma escrita que não busca resolver, mas expor; que não visa à clareza como evidência, mas à abertura como forma de sobrevivência.

1 Ensaísmo como gesto teórico

Nos textos “O sentido dominante: a literalidade como produto da história” (1981) e “Uma questão de leitura: a noção de sujeito e a identidade do leitor” (1982), reunidos no livro *A linguagem e seu funcionamento* (1983), Orlandi já explicita a escolha pelo ensaio, um modo de escrita que rompe com os padrões formais do discurso acadêmico mais tradicional. Ainda que esse termo “ensaio” tenha ocorrido no início dos anos 1980 nesses dois textos, por uma necessidade de explicação inicial de seu lugar de incômodo, e praticamente deixado de ocorrer até 2010 (Alves, 2020), é possível reconhecer a permanência em todo seu trabalho de um “gesto ensaístico” que evidencia seu próprio processo de significação.

Falar em “gesto” simbólico, para a ADB, é pressupor a noção de que tal recorte, neste caso teórico, tenha um certo caráter de ato, mas que não se confunda com uma teoria performativa ou militante. Ou seja, o gesto teórico não deveria se identificar com uma formação discursiva e não deveria ser a pura aplicação da teoria. Isso significa que há um

gesto singular que é operado por aquele sujeito analista, naquele momento histórico, a partir de determinada posição ideológica e teórica. Esse gesto é o que faz com que, mesmo diante do mesmo *corpus*, diferentes análises possam ser feitas e, se sustentadas teoricamente, tornem-se objeto de debate intelectual. Porém, essa ligação às condições de produção não elimina a busca pelo entremeio que consiste não só em a análise de discurso estar entre as disciplinas, mas também em o analista se colocar entre as formações discursivas sem se identificar totalmente com uma delas apenas. Orlandi (1996) ensina que o trabalho de interpretação não busca revelar uma verdade oculta, muito menos dar um significado fixo a um objeto em sua essência. Para ela, esse gesto deve, em vez disso, observar como o discurso produz sentidos e como se inscreve em determinados modos de funcionamento. Esse modo de interrogar o simbólico não fecha as interpretações. Abre-as.

O ensaio, enquanto forma discursiva, situa-se entre a abertura reflexiva e o espaço do rigor conceitual. Não se trata de uma escrita livre no sentido da ausência de critérios, mas de uma construção em que o saber é mobilizado sem a pretensão de fechamento. Theodor Adorno, no texto clássico *O ensaio como forma* (2003), afirma que o ensaio “não busca a dedução estrita, nem a certeza inquestionável. Ele pensa à sombra da dúvida, e nela encontra sua força”. Tal concepção revela a vocação crítica do gênero: operar deslocamentos, questionar os pressupostos da linguagem e da razão, e produzir sentido a partir da falha, do equívoco.

Na obra de Orlandi, o ensaio não é apenas uma ferramenta de exposição de conteúdos, mas constitui uma escrita em seu próprio campo de disputa. Tal concepção se traduz em uma escrita que evita a clausura interpretativa, oferecendo, em seu lugar, a abertura de um pensamento em processo. Esse movimento se aproxima ao que Adorno identifica como o “modo de exposição ensaístico”, isto é, aquele que não reduz o objeto àquilo que se sabe dele, mas que “permite ao objeto aparecer em sua complexidade e contradição” (Adorno, 2003, p. 27). Assim, pensar a escrita de Orlandi como ensaística é também compreender a crítica como forma. O ensaio aqui não se limita a tematizar a linguagem: ele se faz linguagem, e, ao fazê-lo, tensiona a relação entre sujeito, saber e forma discursiva.

2 A latência como forma: leitura de um gesto de escrita

Uma discussão em torno do substantivo “decolonial” e do verbo “decolonizar”, muitas vezes no imperativo e geralmente com efeito de ação epistêmica subversiva, tem se espalhado por diversos campos do conhecimento. Aplicada aos mais variados assuntos, já se transformou em tema privilegiado para ser cobrado até nas redações do Exame Nacional de Ensino Médio na medida em que “esse conceito tende a ser pertinente em todos os recortes temáticos que se baseiam em relações de poder historicamente construídas” (Guia do Estudante, 2021).

Neil Larsen, professor de literatura comparada na Universidade da Califórnia, em Davis, nota que o “decolonial” contemporâneo não se confunde com “anticolonial” das lutas da primeira metade do século XX. O “decolonial”, segundo a crítica do autor, não se refere a eventos históricos concretos de resistência anti-imperialista, restringindo-se a afirmações culturais e epistêmicas. Observa que esse termo passa a suplantiar também o “pós-colonial”, este inaugurado com o estudo descritivo de grande impacto de Edward Said *Orientalismo*, nos anos 1980. Creditado ao sociólogo peruano Aníbal Quijano, que introduz “la colonialidad del poder” (Quijano, 1991), o termo “decolonial” chegaria nesse significante em 2011 com o argentino Walter D. Mignolo, professor de literatura na Universidade Duke, que desde 1995 se referia a um “pós-ocidentalismo” e a um “pensamento de fronteira” (Larsen, 2024).

A crítica de Larsen aponta que, para o pensamento decolonial, a universalidade passa a ser mero reflexo do eurocentrismo, não passando nem perto da ideia de universal como sendo as determinações do sujeito automático capital, isto é, à forma social abstrata e alienada mediada pela mercadoria, conforme Marx. O que a decolonialidade chama de “pluriversidade”, a ideia de que existem múltiplas formas de ver e entender o mundo, e que essas diferentes visões têm valor, esvaziaria o potencial crítico do pensamento decolonial frente à totalidade do modo de produção capitalista, podendo degenerar, segundo o autor, na legitimação de regimes autoritários “desocidentalizados”. Ao recusar o Iluminismo, o liberalismo e o marxismo, esse pensamento correria o risco de também abandonar a democracia (Larsen, 2024).

No campo dos estudos da linguagem, o “gesto” decolonial vem também com viés culturalista e epistêmico. Nessa toada, Marie-Anne Paveau (2023), autora francesa com publicações no Brasil, propõe a reconexão da epistemologia da AD com as identidades oprimidas. Para ela, a “forma sujeito” de Pêcheux é um modo de afastar a subjetividade do discurso, afeito ao projeto saussuriano que parte de um modelo objetivista das ciências naturais, como reflexo direto de uma epistemologia eurocentrada e patriarcal. Portanto, contra

a forma sujeito, por achá-la abstrata demais, Paveau afirma que “não é porque o empirismo entra no cenário do conhecimento que a validade científica é obrigada a sair dele” (“ce n’est pas parce que l’empirisme entre sur la scène du savoir que la validité scientifique est obligée d’en sortir”) (Paveau, 2023).

Orlandi acaba entrando sorrateiramente na discussão mais geral sobre esse tema. Como que acima da onda, mantém certa altivez com a noção de “latência”, exposta na forma de ensaio.

No ensaio “A latência dos sentidos na pulsação da história. Os sentidos da colonização” (Orlandi, 2022), Orlandi retoma o livro *Terra à Vista* (Orlandi, 1992) que então fazia trinta anos, buscando os processos de significação dos efeitos de sentido de colonização.

A epígrafe que funciona em seu sentido arcôntico de arquivo (Derrida, 2001, p. 11), que vem no início e direciona todo o texto, é “Sertão, esses seus vazios, o senhor vá, quem sabe alguma coisa ainda se encontra”, de Guimarães Rosa.

De imediato, ela já se põe a contrapelo. A primeira frase, uma negação: “Não são vazios, são silêncios”. E, logo, uma pergunta, já seguida de parataxe, isto é, uma sequência de frases justapostas:

E o que se encontra, e que é o Sertão, que significa tanto para nós, brasileiros? *Alguma coisa ainda*. Latência, pulsação. Silêncio. Metáfora. Incompletude. Assim são os sentidos de colonização que atravessam nossos tempos e línguas. Em estado puro, em efervescência, em cinzas. Na pulsação da história (Orlandi, 2022).

Sua construção textual não se organiza por meio de argumentos concatenados em subordinação lógica, mas por uma coordenação de ideias, imagens, vozes e lembranças que se entrelaçam. É uma escrita que recusa o fechamento – tanto do argumento quanto do sentido – e que aposta na materialidade da linguagem como espaço de pensamento.

Sua aposta na opacidade, na não-transparência como espaço de produção de sentido guarda outros sentidos latentes. Como afirma Adorno (2003), o ensaio justamente libera “as forças latentes” do objeto, recusando seu fechamento e propondo um pensamento em movimento.

A palavra “latência”, no ensaio em questão, não aparece como ausência de sentido, o vazio, mas como ritmo próprio de algo que insiste, que pulsa e que, por isso mesmo, resiste à evidência. Em termos discursivos, trata-se de uma categoria que permite pensar os não-ditos, os sentidos em suspensão, aquilo que se insinua e não se estabiliza. Algo que lembra “O Ressentimento na História”, de Marc Ferro (2009), que traz como indicação abaixo do título a

classificação “ensaio”, na medida em que, aqui também, a cronologia não interessa a essa história. Quando diz “pulsção”, uma temporalidade freudiana batuca uma repetição. Pensando no Brasil, terra em que diferentes tempos se sobrepõem, a análise não se mostra afeita à historiografia tradicional.

Para tomar os termos de Auroux (1992), o resumo de “A latência...” apresenta como horizonte de retrospectção os sentidos “fundadores de nossa(s) identidade(s)” e como horizonte de prospecção, despidosamente, “sentidos ainda não experimentados”. De fato, no último ponto de sua exposição, “Encontrando a mundialização”, são abordadas questões atualíssimas como os nacionalismos, a expulsão de migrantes etc. Ao abordar a colonização, não deixa de analisar historicamente o que nos formou para falar apenas de uma teoria moderna de futuro.

Em sua escrita, as dualidades e os maniqueísmos não ganham espaço. Para ela, a descolonização começa na hora em que começa a colonização, por exemplo. Essa percepção a faz deslocar o sintoma da dominação da “lusofonia” que deixa de ser pensada apenas como herança de um passado colonial e passa a ser lida também em perspectiva de futuro – como um campo de pluralidade no contexto da mundialização das relações afro-indo-brasileiras. Nesse movimento, uma outra história: a da construção da Língua Brasileira que, de acordo com ela, constrói-se cotidianamente nas relações com as línguas indígenas, com as línguas de imigração e com as línguas de fronteira. Orlandi mostra o real da língua em sua historicidade, ao se reinventar continuamente em suas formas de dizer o mundo.

Assim, ao tomar a Língua Brasileira como objeto, a análise apresenta efeitos de sentidos de colonização que estampam idas e vindas, resistências e deslocamentos. Bem diferente seria ler estudos em que objetos empíricos, tomados por uma identidade fixa, servissem a apenas exigir reparações do passado, sem espaço para a criação de possíveis vínculos do futuro.

“Pergunto. O senhor vá. E em mim ressoa: *alguma coisa ainda se encontra.*” Algo ressoa do vindow. É o Grande Sertão que o mostra.

“Aprendi isso com o *Terra à Vista*”, afirma, em primeira pessoa do singular, sem o “nós”, plural de modéstia usado no discurso acadêmico. Embora como sujeito gramatical “eu aprendi”, é sujeita ao que se lhe é exterior “ao *Terra à Vista*”, ao livro, ao artefato de Ciência. Tal formulação erica o paradoxo do sujeito assujeitado, tão caro às suas bases teóricas. Forma sujeito que em nada se confunde com identidade. Aqui nesse ensaio “A identidade não fica parada no lugar. Somos o edifício de múltiplos, segundo Nietzsche (1995)”. Ao falar que a

colonização é um processo de significação e não algo empírico, Orlandi faz-nos de fato pensar “quem são os brasileiros de então, ou quando se tem brasileiros?” Para Adorno, o ensaio leva em conta a consciência da não-identidade, mesmo sem expressá-la: “é radical no não-radicalismo, ao se abster de qualquer redução a um princípio e ao acentuar, em seu caráter fragmentário, o parcial diante do total” (Adorno, p. 25).

Em tempos de ascensão e crise do identitarismo, Orlandi remonta uma importante noção da ADB no século XXI, que aparece em “Eu, Tu, Ele” (Orlandi, 2017), a narratividade: “a maneira como a memória se diz em processos identitários” (Orlandi, 2022, nota 4). O mundo só é conhecido pela linguagem, mas não se confunde com ela em um performativo autoritário: não é porque o indivíduo se diga de uma pretensa origem que essa origem tenha existido da maneira como é dita. Ainda são versões pela qual a memória discursiva “se conta no sujeito pelo que significa”, sempre em processo. Aqui os efeitos de sentido de colonização são pensados como linguagem. Por exemplo, não é preciso ser sertanejo para o Sertão fazer sentido no processo de significação de ser brasileiro. Como brasileiros, segundo Orlandi, significamos por esse *locus significandi*, categoria que utiliza para designar espaços materiais que determinam a produção de sentidos. Sobre o Sertão, Guimarães Rosa daria uma continuidade a Euclides da Cunha, mas com o mineiro, ele ganharia universalidade.²

Significar pela imensidão do Sertão faz que essa abordagem seja diferente daquelas em que colonização tem um sentido bem definido, inerte. “Fomos descobertos, dizem uns, invadidos, dizem outros, ou apenas nos constituímos em nossa história”. Se não há só uma interpretação, a verdadeira, há “o real do processo de significação” e é esse que a interessa:

Por isso, a menção a Sertão faz sempre sentido. Pelo que nos significamos pelo Sertão. Latência e pulsação, não um sentido definido ou definitivo. Assim como para colonização. Os sentidos possíveis, o não experimentado, ou do possível para (se) ser brasileiro (Orlandi, 2022, p. 14).

A passagem de “Estrutura e Acontecimento” em que Pêcheux afirma a existência de objetos sobre os quais ninguém pode estar seguro de “saber do que se fala” porque “tudo saber” é algo que nega a própria interpretação é lembrada. Conforme essa ideia, sua forma de

² Artigo sobre a música de Dominginhos com letra de Gil “Lamento sertanejo” (Paiva, 2023) indica tal universalidade também presente na canção que se inicia por uma determinação: “Por ser de lá do sertão/ Lá do cerrado/ Lá do interior do mato/ Da caatinga, do roçado”. Apesar do êxodo rural, ainda há uma sobreposição de tempos, da cidade e do campo, em uma unidade contraditória que se conta/canta na melancolia (Holanda) do sujeito, inclusive por seu silêncio: “Eu quase não falo/ Quase não sei de nada/ Sou como rês desgarrada/ Nessa multidão, boiada caminhando a esmo” (Gil, Dominginhos, 1975).

“concluir”, “fechar” o parágrafo, é com uma suspensão, uma frase incompleta: “A isso acrescento algo, que acho muito importante, quando se pensa a análise face a essa questão de que não podemos saber do que se fala”. Acaba aí. Novamente o ensaio na arena do fazer teórico que contempla a contradição. De acordo com Adorno, “a descontinuidade é essencial ao ensaio; seu assunto é sempre um conflito em suspenso” (Adorno, 2003, p. 35).

Pode-se dizer que há uma busca por uma solução na ADB pelo real e não pelo um, aquele suposto centro verdadeiro. Alguém poderia argumentar que esse real poderia ter o nome de “universal” ocidental. Mas, vejamos: a carta de Pero Vaz de Caminha traz um enunciado que foi parafraseado em nossa história e se tornou “em se plantando tudo dá”. Na carta, mostra Orlandi, a referência era a possibilidade dos europeus “salvarem esta gente”, ou seja, nos catequizar. Deixar essa referência de fora da nossa memória não seria prova da opressão colonialista a que somos submetidos? Para a ensaísta, não é assim tão simples. Esquecer, diz Orlandi, não é um defeito! “Nossas versões não são a repetição empírica do que encontramos nos documentos históricos, mas seu deslocamento, parte de como nos filiamos e nos significamos em *nossa* história” (Orlandi, 2022, p.7).

Para a produção do livro *Terra à Vista*, a autora afirma ter buscado discursos com a “retórica de contato” entre Índios (em maiúscula, bem diverso dos termos considerados pelos brancos de hoje como politicamente corretos representados pelos “indígenas” e pelos “povos originários”) e ocidentais, recortou discurso dos missionários e depois linguistas, antropólogos... no entremeio. E assim, pôs-se a tentar compreender como o já-dito funcionava nela mesma; como, na relação com o outro, a memória falava por si; e ainda como a narratividade atualizava essa memória. “Há outros sentidos nesses sentidos de colonização” (Orlandi, 2022, p.7). Frases-parágrafo. Presenças-ausentes. Aforismos: “Nos sentidos ditos e não ditos pulsa o real ao ritmo da história” (Orlandi, p.7). Ou seja, busca-se um real da língua (e dos sentidos e dos sujeitos) e não um ideal de língua ou um manual de boas práticas linguísticas porque, para a autora, o que dá impulso à história é a liberdade (“Mando, revoltas, resistências se empurram no jogo entre opressão e liberdade”):

É assim nossa história. *Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados.*

Não basta descolonizar. Tudo muda. E tudo pode ser o mesmo (Orlandi, 2022, p. 7).

O recurso a suspensões, aforismos e não-ditos aqui destacados não configura falta de rigor. Pelo contrário, expressa uma escuta atenta dos sentidos que circulam e uma disposição

para pensá-los em sua historicidade, complexidade e contradição. O ensaio, nesse caso ao lidar com a noção de “latência”, é a forma material de auscultar o que escapa ao controle empírico e com o que, justamente por isso, exige elaboração teórica da reflexão que, muitas vezes, não é feita ao gosto da clientela.

3 Pulsção do Sertão: entre a antropofagia, o tropeço e o horizonte

A relação com o outro constituinte da tradição intelectual brasileira moderna calcada na antropofagia supõe a digestão do estrangeiro e faz efeito na obra de Orlandi, conforme mostramos em nossa tese (Alves, 2020). Há um sentido de democracia no arquivo Fundo Michel Pêcheux, no Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp, por exemplo, idealizado por ela por ter como objeto diversos autores da análise do discurso nacional e internacional, não se limitando apenas a Michel Pêcheux, um dos fundadores mais importantes da AD. O ritual antropofágico canibaliza o pai e o divide à mesa.

Em “A latência dos sentidos...”, não se fala em antropofagia, o que ocorre em *As formas do silêncio* (1990), livro escrito na mesma época de *Terra à Vista*. De acordo com essa prática de indígenas brasileiros do século XVI, embora se assassine o inimigo, ele é canibalizado em um ritual de reverência ao que esse estranho tem de valentia, coragem e outras qualidades. A teoria de uma identidade brasileira afeita a esse ritual surgiu nos anos 1920, início da industrialização do Brasil, numa sociedade ainda rural. Ao modernismo brasileiro de então Antonio Candido chamou de “desrecalque” porque, afinal de contas, foram ajustados os ponteiros das artes em geral do Brasil com relação ao relógio dos países centrais. Antes dele, cada movimento literário demorava décadas para chegar ao país. O que ocorre é que mesmo que esse ajuste tenha ocorrido com a Semana de Arte Moderna, nos anos 1960 a antropofagia é questionada como um desajuste, parte de um sistema produtor de mercadorias da indústria cultural, expresso pela invenção tropicalista. Segundo Roberto Schwarz,

Enquanto em Oswald o entrechoque dos tempos é a promessa de um futuro nacional alegre, em que passado e modernidade se integram sob o signo da invenção e da surpresa, no Tropicalismo ele é a encarnação do absurdo e do *desconjuntamento* nacionais, de nossa irremediável incapacidade de integração social, enfim, do fracasso histórico que seria a nossa essência. Como diz o próprio Caetano Veloso, a propósito de seu momento mais radical, nunca a canção popular no país havia chegado a tal grau de pessimismo. Em perspectiva histórica, tratava-se – a meu ver – de uma formalização poderosa e sarcástica da experiência social-política de 1964, quando a contrarrevolução conjugou a modernização capitalista à reiteração deliberada das iniquidades sociais de sempre, as quais reconfirmava. A imagem-tipo

do Tropicalismo encapsulava a experiência tão desconcertante, e latino-americana, do progresso que repõe o atraso em lugar de superá-lo. Poesia em pílulas, como em Oswald, mas cuja substância era uma espécie de reincidência no erro, contemplado com repulsa e fascinação – o famoso Absurdo Brasil (Schwarz – Torre e García, 2019).

Ainda nas décadas de 1960 e 1970, vivia-se, na Europa, uma era de pleno emprego e, no Brasil, mesmo com o absurdo da modernização conservadora, o chamado "milagre econômico" ainda era capaz de gerar postos de trabalho. A partir da década de 1980 no cenário global, e dos anos 1990 no contexto brasileiro, observa-se a desflexibilização das relações de trabalho, acompanhada pelo avanço das forças produtivas – tecnologia e ciência – que, por sua vez, também contribuem para a redução do número de empregos. Já nos anos 2000, assiste-se ao fim da Nova República, ao esvaziamento das políticas sociais, ao retorno da direita às ruas e ao Brasil como ponta de lança da barbárie. Todo esse conjunto de transformações altera profundamente o modo como se utilizava uma tradição brasileira de apreensão do conhecimento e de relação com o outro. Nesse novo cenário, já não são mais as lutas dos trabalhadores que impulsionam o capitalismo. A riqueza passa a ser gerada por softwares e propriedade intelectual – elementos que, em grande parte, não geram empregos. Em seu lugar, ganham centralidade as pautas identitárias nos mais diversos níveis.

Se, por um lado, essas pautas representam avanços no campo da civilidade e formas de reparação de injustiças históricas, por outro, ocorrem derivas problemáticas do ponto de vista da sociabilidade. Deixa-se de estabelecer uma relação de alteridade para, muitas vezes, ocupar o centro das discussões de modo narcísico, num gesto que pretende silenciar o outro. No Brasil, a teoria do “lugar de fala”, de Djamila Ribeiro (2019), por exemplo, é mobilizada não para garantir escuta, mas para invalidar falas. Tanto o real da língua quanto o real da história em suas contradições são ignorados.

Nesse sentido, essas derivas identitárias do “O Eu Soberano” (Roudinesco, 2022) entram em crise. Jappe, pesquisador alemão que trabalha com a ideia de sujeito clivado também proposta pelo marxismo não-ortodoxo de Robert Kurz, observa que, nesta fase do capitalismo, a sociedade do valor interpela a forma-sujeito por meio de uma combinação entre narcisismo e fetichismo da mercadoria. Assim, ele aponta para uma recusa narcísica do mundo exterior, que leva a forma sujeito a afogar-se no vazio da existência, na medida em que é interpelado pela forma vazia do valor – da mercadoria. Essa dupla incidência na forma sujeito levaria a uma sociedade autofágica, em que o sujeito como produto da socialização pelo valor se autodestruiria, na luta de todos contra todos. Conforme Kurz (2003, p. 71 *apud* Jappe, 2021, p. 285):

O caráter abstrato dessa vontade de aniquilamento reflete a autocontradição da relação capitalista de uma dupla maneira: por um lado, essa vontade visa ao aniquilamento do “outro” para assegurar a todo custo a própria conservação; por outro, trata-se de uma vontade de autoaniquilamento que realiza a absurdidade da própria existência do sujeito como sujeito do mercado. Por outras palavras: apaga-se a diferença entre suicídio e homicídio. Para além do risco ligado à concorrência, trata-se aqui de uma ilimitada vontade de aniquilamento, a tal ponto que a distinção entre o próprio eu e o dos outros começa a desaparecer (Kurz, 2003, p. 71).

Pensando a metáfora, em vez de comer o outro a partir da memória antropofágica, o sujeito se autoconsome, em um mundo de segregação, de gueto e de ódio social, acreditando estar seguindo seus “interesses”, mas, na verdade, “sem o saber claramente, detesta-se tanto quanto detesta os outros sujeitos” (Jappe, 2021, p. 286).³

A literalidade e a univocidade tornam-se norma: as palavras perdem o espaço da ambiguidade e da polissemia, e falar passa a ser, desde o início, um problema, uma vez que todos se constituem como analistas do discurso, mas sem considerar a exterioridade da língua e a forma sujeito. Instala-se, assim, uma lógica de responsabilização individual, em que a culpabilização do outro torna-se fonte de lucro moral e instrumento de elevação simbólica à posição de superioridade. Nesse ensaio, Orlandi, em nota, recorre a Freud para lembrar que “a segregação é anterior à fraternidade”. Na relação do ser humano com o outro, não há amor entre iguais sem a rejeição do estrangeiro. A agressividade, portanto, longe de ser um mecanismo de defesa, constitui-se como instrumento e fonte de prazer. Não por acaso, observa-se atualmente a proliferação da palavra “acolhimento” em todos os espaços, ainda que, na prática, se manifeste em lugar nenhum.

Tudo isso ocorre sem que se perca de vista a ordem digital (Dias, 2018), cujo funcionamento não se restringe aos suportes técnicos das telas, mas se encarna profundamente no tecido social. Tal ordem atravessa os conflitos cotidianos nos mecanismos de cancelamento, nas práticas de bullying, nas acusações em que pouco importam o conteúdo alegado ou a legitimidade dos acusadores que resultam em casos de suicídio, em casos de massacres escolares, afetando de modo brutal na vida das pessoas. Enquanto palavras como “racismo” vão adquirindo sentidos banalizados, a polícia continua a exterminar a juventude negra periférica diuturnamente.

³ “O que perpassa por esta forma de ódio é a certeza que o sujeito contemporâneo tem da própria nulidade e superfluidade. É o contrário da situação do explorado, que sabia que o explorador necessitava dele e era, portanto, obrigado a “reconhecê-lo””. (Jappe, p. 270). A universalidade também é um aspecto explorado em seu livro ao se referenciar em Robert Kurz (2003): “A forma-sujeito tornou-se universal, insiste Kurz; as diferentes culturas e religiões do mundo não explicam as matanças, mas são, mais propriamente, “tonalidades” diversas dessa forma universal. É por isso que o jihadista kamikaze e o atirador na escola dos subúrbios residenciais têm mais traços comuns que diferenças” (Jappe, 2021, p. 282).

O recrudescimento da intolerância, da guerra civil urbana, da misoginia (uma mulher morre a cada seis horas por feminicídio no Brasil, conforme dado de 2022), da xenofobia, do racismo, da LGTBfobia, do neonazismo, do antissemitismo e da islamofobia, da intolerância religiosa etc., em uma sociedade armada até os dentes, leva-nos a questionar o quanto essa memória antropofágica de interesse pelo outro não se esfacela com a barbárie reposta.

Assim, é nesse gesto enraizado em determinadas condições de produção que Orlandi torna possível captar a pulsação da história, não como linha reta ou narrativa estabilizada, mas como reverberação viva de sentidos. “O Sertão, se estremece debaixo da gente”. O Sertão, que nos cerca simbólica e materialmente, reaparece onde menos se espera, atravessando aquilo que parecia já dado, fixo, resolvido. Pela forma do ensaio, e justamente pelos seus equívocos, desvios e movimentos, o discurso deixa entrever outras batidas sob o ruído dos ritmos mecânicos, repetitivos, como o do bate-estacas dos grandes centros urbanos... É talvez nesse tropeço, nesse gesto vacilante diante da linguagem, que emerge uma relação possível com o outro – esse outro que nos vem dos Sertões, de alguma memória longínqua ainda viva – e com ele, quem sabe, a abertura de um horizonte. Em meio à imensidão e de seus esgarçamentos, talvez ainda reste algo que nos reconecte ao interesse pelo outro e por nós mesmos, não mais atravessados pela mediação da mercadoria, mas pela experiência ainda não-vivida que insista em escapar à lógica da sociedade do valor.

Considerações finais

Em um momento em que certas palavras – como “decolonização”, por exemplo – se tornam palavras esvaziadas de historicidade, recolocá-las em latência pode ser uma proposta para pensar os sentidos de colonização. Ao invés de afirmá-las como slogan ou tese, retirá-las da evidência, reinscrevendo-as em um campo de opacidade, pode fazer que seus sentidos venham a ser disputados em suas singularidades.

Adorno observa que o ensaio não aplaina uma realidade fraturada, mas, ao mesmo tempo, busca uma solução (Adorno, p. 33). Sempre herege, a salvar um momento da sofística, “o ensaio é a crítica da ideologia”, decreta (Adorno, 2003, p. 38). Como para Hegel não há nada entre o céu e a terra que não seja mediado, Adorno afirma que o ensaio – que é “a memória de um processo” (Adorno, 2003, p. 30) – “toma a lógica hegeliana ao pé da letra: a verdade da totalidade não pode ser jogada de modo imediato contra os juízos individuais, nem a verdade pode ser limitada ao juízo individual; a pretensão da singularidade à verdade deve,

antes, ser tomada literalmente, até que sua inverdade torne-se evidente” (Adorno, 2003, p. 39).

Em consonância com a tradição ensaística crítica, tal como formulada por Adorno, Orlandi pensa com e na linguagem, fazendo que a latência adquira, assim, um duplo valor: é categoria de leitura dos discursos e também forma do seu próprio gesto teórico.

Ao se valer do gênero, Orlandi constrói uma escrita em que os conceitos são postos em trabalho e não em exibição. Seu texto não visa comprovar uma tese já definida, mas produzir uma escuta que desestabilize o leitor e o convide à interpretação – não como exercício de decifração, mas como movimento de implicação no pensamento.

Referências

ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. Trad.: Jorge B. M. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

ALVES, Mariana G. C. *Oso de borboleta: leitura discursiva do Fundo Michel Pêcheux pela textometria*. Campinas, SP: [s.n.], 2020.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARTHES, Roland. *Inéditos I: teoria*. Trad.: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FERRO, Marc. *O Ressentimento na História*. São Paulo: Agir, 2009.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, [1981] 2004.

GIL, Gilberto; DOMINGUINHOS. *Lamento sertanejo*. In: GIL, Gilberto. *Refazenda*. [S.l.]: Philips, 1975. 1 disco sonoro.

GUIA DO ESTUDANTE. *Repertório: entenda conceitos da decolonialidade para usar na redação*. Guia do Estudante, 2021. Disponível em:

https://guiadoestudante.abril.com.br/dica-cultural/repertorio-entenda-conceitos-da-decolonialidade-para-usar-na-redacao/#google_vignette. Acesso em: 5 maio 2025.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. *Linguasagem*, [1971] 2008. Disponível em: http://www.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php.

JAPPE, Anselm. *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição*. Trad.: Júlio Henriques. São Paulo: Elefante, 2021.

LARSEN, Neil. The reactionary jargon of decoloniality. *Catalyst: A Journal of Theory and Strategy*, New York, v. 6, n. 2, Summer 2022. Disponível em: <https://catalyst-journal.com/2022/09/the-jargon-of-decoloniality>. Acesso em: 5 maio 2025.

PAIVA, C. E. A. *A nação fraturada: dualismo e exílio em Lamento Sertanejo*. Sociologia & Antropologia, v. 13, n. 2, p. e210069, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/JfMdnNCLYrLwHC49kfnZZ8R/> Acesso em: 5 maio 2025.

PAVEAU, Marie-Anne. *Une analyse du discours contre-hégémonique: intersectionnalité critique et pluriversalité décoloniale*. Langage et Société, 2023, 1 (178), p. 161-190. DOI: 10.3917/l.s.178.0149. Disponível em: <hal-03636203>.

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagens, discurso. Trad.: Freda Indursky. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos escolhidos por: Eni Puccinelli Orlandi. 4ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, [1971] 2014.
ROUDINESCO, Élisabeth. *O Eu Soberano: ensaio sobre as derivas identitárias*. São Paulo: Zahar, 2022.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2023.

TORRE, Bruna Della; GONZÁLEZ GARCÍA, Mónica. *Cultura e política, ontem e hoje: entrevista a Roberto Schwarz*. MERIDIONAL: Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos, ISSN (impresa): 0719-3734 | ISSN (en línea): 0719-4862, Número 11, outubro 2018-março 2019, p. 189-199. DOI: 10.5354/0719-4862.50862.

ORLANDI, Eni P. *A Linguagem e seu Funcionamento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni P. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 42, p. 21–40, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/cel.v42i0.8637139>. Acesso em: 5 maio 2025.

ORLANDI, Eni P. *A latência dos sentidos na pulsação da história. Os sentidos da colonização*. Caderno de Letras, p. 13-22, 2 jun. 2022.

ORLANDI, Eni P. *Terra à Vista*. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. 2ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni P. *Eu, Tu, Ele*: Discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes, 2017.

Recebido em: 06/05/2025; **Aceito em:** 16/08/2025.